

LORENA GALERY

Série: *Pequenas paisagens domésticas*

Fotografia digital, 2011



UM HOMEM LIVRE, UMA CIDADE FELIZ

CARLOS ANTÔNIO LEITE BRANDÃO *

RESUMO A cidade surge devido à fragilidade e à diversidade dos seres humanos, como apontado pelo humanista Leon Battista Alberti (1404-1472). A partir desse princípio, este artigo discute a liberdade e a felicidade que ela ajuda a construir e critica o modo contemporâneo de pensá-la e concebê-la.

PALAVRAS-CHAVE O ser humano e a cidade. Cidade e felicidade. Cidade e liberdade.

A FREE MAN, A HAPPY CITY

ABSTRACT The fragility and the diversity of the human being is the origin of the city, like the humanist Leon Battista Alberti (1404-1472) supposes. From this point, this paper discuss the freedom and the felicity that the city provides in order to construct and criticizes the way that the contemporary world thinks and conceives it.

KEYWORDS The human being and the city. City and happiness. City and freedom.

* Professor Associado de História e Teoria da Arquitetura, da Cidade e da Arte na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (Brasil). Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. *E-mail*: <brandao@arq.ufmg.br>.

Alguns consideraram a água e o fogo estarem na origem do desenvolvimento das sociedades humanas. Eu me persuadi que os tetos e as paredes, por sua conveniência e necessidade, são, indubitavelmente, as causas mais importantes e eficazes para reunir os homens e os manter juntos. (ALBERTI, 1966) ¹

1. “Nobis vero tecte parietisque utilitatem atque necessitatem spectantibus, ad homines conciliandos atque una continendos majorem in modum valuisse”.

Essas são palavras que abrem um dos mais importantes tratados de arquitetura e urbanismo da história: o *De re aedificatoria*, de Leon Battista Alberti (1404-1472). Pouquíssimos autores investigaram o sentido da arte de construir edifícios e cidades como o fez Alberti, e esta é a maior grandeza deste tratado. O mesmo autor expõe em outras obras sua concepção acerca do ser humano que empreende tais construções. Em uma carta ao seu amigo Paolo Codagnello, de 1437, ele escreve que a condição dos mortais é de “exílio, pobreza, perigos, enfermidades, ignomínias e cárcere”, subordinada a uma *fortuna* quase sempre adversa (ALBERTI, 1843-1849, t. V, p. 253-265). No *Theogenius*, Alberti escreve sermos um “animal inquieto, muito impaciente e que nunca se satisfaz” (ALBERTI, 1966b, v. II, p. 92-93). Essa arrogância e falta de medida intrínseca ao ser humano faz com que a natureza seja frequentemente obrigada a se rebelar contra ele e a castigá-lo e deprimi-lo.

Essas considerações foram pronunciadas há quase seis séculos atrás, quando as cidades ainda estavam em processo de reinvenção, após o feudalismo e a Idade Média. Voltarei a isto mais à frente. Por ora, o que me interessa sublinhar aqui é a “razão antropológica” da cidade, aquilo que nos leva a fundá-la e reunir-nos nela. A palavra “cidade” incorpora duas dimensões, a *polis* e a *urbs*. Por *polis* (grego) ou *civitas* (latim) a cidade é entendida como a reunião das pessoas num agrupamento coletivo, em torno de um Bem comum e de uma origem, um presente e um destino que se quer compartilhados. *Urbs* é o termo que usamos para designar o espaço e os edifícios que construímos para dar lugar a essa reunião. Construímos a cidade e sua infraestrutura como um local para encontrarmos com os outros e para construirmos a nós mesmos, a nossa liberdade e a nossa felicidade.

Temos dois entendimentos de liberdade: um, de origem anglo-saxônica e conhecido como “liberdade negativa”, entende a liberdade como não constrangimento de nossas ações e nossos desejos. Outro, de matriz renascentista, a “liberdade positiva”, permeia a tradição italiana e a francesa e entende liberdade como o conhecimento e a realização de potencialidades individuais e coletivas só possíveis mediante a convivência, o encontro e o diálogo com o Outro. Esse é o sentido que se encontra em um provérbio alemão do século XII, quando as cidades estavam se refundando, após o período dos feudos, conventos e fortalezas aos quais os homens estavam ligados por necessidade de proteção e segurança e por uma economia quase que totalmente agrária: “o ar das cidades liberta!”

É este último sentido de liberdade o que está no cerne da reinvenção da cidade e que justifica a epígrafe de Alberti. Enquanto indivíduos isolados, como nos feudos medievais ou nos condomínios fechados do homem solipsista contemporâneo, somos, no fundo, frágeis e condenados a reproduzir sempre as mesmas coisas e a nós mesmos. Só reunindo-nos nas cidades podemos compensar a fragilidade de nossa condição original, trocar experiências, habilidades, saberes, serviços e ideias, suprir nossas carências e cultivar nossas possibilidades e potencialidades, como a de falar numa conferência na qual outros podem nos ouvir, escrever um livro ou produzir um quadro que os outros apreciam, explorar nossas competências de engenheiro e nossas habilidades técnicas, gerenciais ou, até mesmo, psicológicas e afetivas. A Galeria do Ouvidor e o Mercado Central em Belo Horizonte, por exemplo, com sua miríade de profissões que vão desde relojoeiro, entalhador, restaurador de cadeiras de palhinha, açougueiro, vendedor de cereais, manicure, cabeleireiro, consertador de brinquedos e costureiras, oferecem-nos um leque de possibilidades para construir nossos caminhos, nossa vida e nossas profissões. Nelas, encontramos a diversidade da vida, de saberes e de sabores. Por isso, o mercado, a praça, a *loggia* e a universidade são locais simbólicos da cidade: neles nos encontramos com o Outro, com o diverso que nos completa, nos educa e nos dá dimensões da vida, ideias, relatos e experiências que compartilhamos em conjunto, que nos abrem novas possibilidades e que são capazes de compensar aquele isolamento e aquela fragilidade de nossa condição originária. Num shopping, num

clube, num condomínio ou numa “tribo”, costumamos nos encontrar apenas com os iguais, com os que são os semelhantes a nós. É o encontro, o diálogo com os outros e a troca de saberes, ideias, experiências, mercadorias e serviços que nos enriquecem e que nos ajudam a construir nós mesmos.



Construir nós mesmos significa que não estamos prontos, que precisamos construir-nos, construir a nossa vida e a nossa própria humanidade, construir o “humano do homem”. Humanismo é isso: construir o humano do homem, o *vir virtutis*, como diz Cícero. Esse é o trabalho da cultura, uma cultura que nos liberta da natureza a que nascemos aferrados e nos projeta no horizonte do que somos, do que fomos e, sobretudo, do que podemos ser, individual e coletivamente. O trabalho da cultura é cultivar isso, o que exige projeto e exercício, tal como um ofício requer o seu aprendizado lento, o seu laboratório e o seu ateliê. A cidade é o local da cultura e o ateliê da universalidade e do aprendizado do humano.

Portanto, a cidade surge da nossa fragilidade original, a qual é convertida em força mediante o encontro com o Outro, com o que é diverso de nós. Uma cidade é mais rica quanto mais possibilidades e diversidade ela nos oferece, sobretudo se somos jovens e queremos encontrar um caminho na vida que nos torne livres, como

fez o servo feudal que escapou da corveia e atravessou o muro para alcançar a “liberdade positiva” e o encontro que a cidade lhe permitia. Por isso, diz Alberti, as paredes e os tetos são os instrumentos fundamentais para reunir os homens e mantê-los juntos. Sem eles, não há como encontrar, conversar, trocar experiências e construir. Construir e manter tetos, paredes, tubulações, esgotos, linhas de transmissão, praças e ruas é, simultaneamente, construir e preservar nós mesmos. Todo projeto, seja um projeto de arquitetura, de distribuição de águas pela cidade ou de educação, é uma oportunidade por meio da qual construímos uma pequena comunidade em torno dele e elaboramos uma vida em comum. O projeto não se legitima apenas para providenciar um resultado final, mas também para oferecer a oportunidade de interagirmos e trocar experiências, saberes e pontos de vista sobre o bem comum que a cidade deve realizar. Esses outros com os quais nos encontramos não são apenas os vivos e os presentes na festa da cidade, mas também aqueles que nos precederam e aqueles que nos sucederão. A cidade dialoga e se pensa também diante da tradição que ela recebe e da tradição que ela funda. Ela, como diz Lewis Mumford em *A cidade na história*, é o lugar do acúmulo da vida, da experiência e de toda uma sucessão de gerações que deixaram nela o seu trabalho e que permitiram que nos encontrássemos aqui e agora, sob os tetos e as paredes que elas aprenderam lentamente a construir e a fazer atravessar o tempo. Essa acumulação deságua naquilo que deixamos para aqueles que nos sucederão e dos quais devemos, desde já, cuidar em nossos projetos e intervenções. Nossos filhos e netos, mesmo depois que já tivermos ido, conversarão conosco por meio dos tetos, paredes, praças e águas que lhes deixaremos para conviver e beber. Uma cidade não se faz em curto prazo e não se volta para satisfazer apenas os desejos imediatos. Ela é uma *res publica*, ou seja, um bem comum que deve resistir no tempo. Nenhuma cidade se faz como um acampamento ou rancho, por mais rico ou pobre que seja, o qual se ergue apenas

**As paredes e os tetos
são os instrumentos
fundamentais para reunir
os homens e mantê-los
juntos. Sem eles, não há
como encontrar, conversar,
trocar experiências e
construir**

para atender a um propósito de curto prazo, como o de dar repouso ao gado ou investigar os arredores para tentar encontrar riquezas minerais. Vila Rica, atual Ouro Preto, só se tornou cidade quando as pessoas viram que poderiam permanecer nela por muito tempo e legá-la como o melhor *habitat* possível para os seus filhos e netos.



Tais considerações conflitam em vários aspectos com uma ideologia que vige na edificação do homem e das cidades contemporâneas, as quais se concebem, muitas vezes, como o lugar de espetáculos e eventos marcados no calendário mundial da mídia e da indústria do turismo, pensadas apenas como lugar de diversões e de prazeres, como Las Vegas, como as *dreamlands* contemporâneas que transportam a Disneylândia para as cidades atuais do Oriente Médio ou da Ásia, como as intervenções urbanas pensadas exclusivamente para olimpíadas e copas do mundo e que retalham as cidades em vários monumentos e edificações feitas de forma rápida e sem coesão entre si ou ainda como as cidades concebidas como paraísos de consumo e direcionadas apenas para satisfazerem um gozo e um consumo imediatos. Nada disso faz justiça à liberdade e à educação do “humano do homem” para as quais as cidades foram inventadas. As cidades foram a maior invenção do homem ocidental e nasceram no século XII, juntamente com as universidades, como o local do diálogo, do encontro e da troca. Elas não existiram sempre e, enquanto *polis* e *urbs*, elas podem estar em processo de desinvenção. Os



vários condomínios fechados, a multiplicação das festas restritas e patrocinadas pela esfera particular em detrimento da festa cívica e dos locais de encontro promovidos pelo mundo público, a divisão da sociedade em tribos e gangues de toda espécie e o predomínio da ideologia da segurança sobre a liberdade podem ser sin-

Creio estarmos numa época de refeudalização *soft*, com predomínio das ideias de afastamento da cidade em vez de inclusão nela

tomas disso. Quando as cidades foram inventadas, elas erguiam muros para proteger aqueles que nelas vinham construir sua vida e sua liberdade.

Num mundo onde todas as fronteiras, até as da intimidade, parecem abolidas, tais muros externos à cidade foram derrubados, mas deram origem a vários muros sociais, econômicos e físicos que se multiplicaram no interior de cada uma delas.

Não se trata mais de construir uma identidade a partir do encontro com o que é diverso de nós, mas com aqueles que são iguais a nós e que selecionamos em nossas comunidades condominiais ou nas comunidades virtuais em que se sucedem na internet.

Cobra-se da cidade que ela satisfaça nossos desejos privados e nossas necessidades de consumo mais do que nos eduque a ser aquilo que deveríamos ser, que desenvolva nossas potencialidades e que amplie nossas experiências e possibilidades de vida, seja enquanto indivíduos, seja enquanto *res publica*. Cercados por fronteiras de todas as espécies, os edifícios não conversam mais uns com os outros, como vemos no bairro Belvedere, a contrapelo das belas lições de diálogos físicos que temos em Belo Horizonte, como é o caso do SULACAP/SULAMERICA, situado na esquina da Avenida Afonso Pena com a Rua da Bahia. A exigência de atendimento ao gozo imediato e à satisfação particular de indivíduos e comunidades restritas impede-nos de pensar a longo prazo e de construir um bem comum que permaneça e dure. Não se trata de um problema dos administradores da cidade, mas de todo um pensamento da cidade que a vê como local do gozo apenas, e não da construção e da educação do bem comum. Creio estarmos numa época de refeudalização *soft*, com predomínio das ideias de afastamento da cidade em vez de inclusão nela, e é preciso que saibamos se é isto mesmo o que queremos ou não, se é esta a nossa decisão ou não.

Essa refeudalização, que nos conduz a uma espécie de barbárie cultural e tecnológica, assenta-se numa concepção antropológica bem diversa daquela albertiana: a de que o indivíduo é autossuficiente, tem uma identidade que não passa por sua interação com os outros (ao contrário, o diverso parece dever ser anulado) e é capaz de ser feliz sozinho a partir do gozo e da mercadoria que ele adquire. Essa ideologia permeia até mesmo suas relações com os amigos e com aqueles ou aquelas que diz amar, mas que na verdade são considerados apenas como objetos a serem consumidos ou como instrumentos para realização do próprio gozo. Esse gozo é efêmero e insatisfatório. Por isso, ao começarmos este texto apontando a fragilidade de nossa condição original, contrariamos justamente esta ideologia do “super-homem”, termo que peço licença a Nietzsche para utilizar aqui. Esse “super-homem” não precisa da cidade e dos outros, até que lhe falte a água, caia-lhe a rede de energia ou surja uma epidemia em escala mundial e da qual ele não é incólume em seu nicho cercado de proteções de toda espécie.

O maior ornamento da cidade é o cidadão, e não os eventos, espetáculos e monumentos que ela promove. Esse cidadão não é o espectador ou o consumidor da cidade, mas o seu autor e para quem ela deve se dirigir. Seu poder de participação, contudo, diminui cada dia, entre outras coisas devido ao crescimento exagerado de cidades que incham sem limites e sem projeto. Um topos comum na urbanística era o tamanho da cidade e o número de habitantes. Esse número, como em Platão, Rousseau ou Lewis Mumford era limitado porque ele deveria ater-se a uma dimensão na qual cada cidadão pudesse ter voz ativa na construção da cidade e nela ver a si e à sua obra. Numa cidade fragmentada em grupos e habitada por milhões de pessoas cada vez menos interessadas no destino dela, mas apenas em consumi-la, essa participação e reconhecimento ativos tornam-se cada vez mais remotos. Daí a necessidade de pensarmos nossos grandes aglomerados urbanos a partir da construção de diversas centralidades e da elaboração de uma nova geopolítica que os pense como reuniões de várias cidades menores. Daí também a importância de se providenciarem mecanismos de transporte e bens comuns que permitam uma melhor distribuição populacional e uma geopolítica regional e nacional mais equilibrada.

Cidade e felicidade

Precisamos da cidade porque somos frágeis, incompletos, precários e mortais. Seres do desejo, fundamos cidades – e mercados, praças e universidades que nelas colocamos – para trocarmos experiências, saberes, memórias, competências, produtos e afetos capazes de compensarem a fragilidade da nossa natureza antropológica e da nossa condição moderna. Estudamos e praticamos filosofia, artes, ciências e técnicas também por essa razão. Por meio disso elaboramos, entre outras coisas, uma sabedoria mediante a qual tentamos desvelar o núcleo e as potencialidades de nossa vida e reconhecer a nossa “verdade”. Em grego, verdade é *aletheia*, desvelamento do que se encontra oculto e espera ser “re-presentado” ou “presentificado”. A verdade é “produção da verdade”, o ato de, mediante nossos saberes, nossas ações e nossas produções colocar essa verdade à nossa frente, construir aquilo de que somos capazes e construirmos a nós mesmos. Produzir a verdade é produzir-se a si próprio e fazer dela o ponto de partida com o qual construímos nosso mundo, nossos objetos, nossas casas, nossas praças, nossas ruas e nós mesmos.

Não somos prontos e acabados, somos um “pro-jeto”, um “vir-a-ser”, um *da-sein*, como diz o filósofo alemão M. Heidegger. O que tentamos alcançar nesse “projeto”, com todos os desdobramentos e atividades que ele implica, é a felicidade. Tudo o que fazemos tem como objetivo sermos felizes, ao final das contas. De que adianta trabalharmos, estudarmos, construir nossas casas e cidades, fazer arte ou filosofia se não para buscar a felicidade que nos falta? Mas essa “felicidade existencial” não é a mesma que obteríamos ingerindo uma pílula da felicidade ou uma droga, divertindo-nos na Disneylândia e imaginando-nos na Cocanha, uma região paradisíaca do imaginário medieval, ou em qualquer outro tipo de país e de paisagem onírica ou virtual. Esses territórios carecem da verdade, da *polis* e da urbanidade dentro das quais construímos e reconhecemos a nós mesmos mediante o estabelecimento de relações e trocas com os outros com base na verdade e na integridade. A felicidade de que falamos e que a cidade articula, portanto, diferencia-se por emoldurar-se pela verdade. Habitar o mundo, relacionar-nos conosco mesmos e com os outros e desenvolver nossos costumes e nosso *ethos* (familiar,

profissional, urbano e mundial) sob a norma da verdade é o que alicerça as construções, as produções e as ações capazes de nos educar e nos conferir identidade e integridade. O trabalho do engenheiro, do sanitarista, do intelectual, do arquiteto, do topógrafo ou do administrador dedica-se a fazer-nos habitar de um modo melhor e produzir uma vida melhor e um bem-estar que sejam verdadeiros. Essa verdade está presente na tradição, no contexto, na conveniência a um determinado modo de viver e de habitar próprio a uma determinada cultura e que não é global, midiático ou turístico. Em vez das *dreamlands* e das cidades dos espetáculos, dos museus, dos monumentos e das falsas alegrias dos eventos e dos calendários turísticos, devemos optar, antes, pela verdade e pela *honestas*, pois é essa experiência da verdade o que nos transforma, nos congrega e nos torna melhores. Não mentir e não se mentir é a regra da engenharia, da arquitetura e do urbanismo, o critério no qual pautar nossos projetos, nossas intervenções, nossa escolha de materiais e nossa interpretação dos contextos. Essa qualidade tem um nome: “decoro”, *prépon* em grego, ou seja, ser próprio a alguém, a alguma coisa, a algum lugar.² Ter decoro é não criar uma mentira, como a de uma felicidade destinada ao malogro e apenas a ser consumida. A alegria verdadeira não é a que nos oferecem para consumir ou para comprar, mas a que construímos. Não é a da felicidade do simulacro, mas a da felicidade em ato e que exige nosso corpo, nossa ação e nossa história para ser alcançada, tal como a amizade também exige para ser construída.

Nossa felicidade maior é conquistar-nos a nós mesmos, desenvolver as potencialidades em nós veladas, fazer-nos “livres” e construir um cosmos em conjunto e mediante trocas com os outros e com a diversidade da vida, nas várias dimensões para as quais ela nos convoca. Essa troca é impedida quando somos orientados para apenas consumir ou por eventos e espetáculos que promovem o desapego de nós a nós mesmos, como fazem muitas das modas, das cidades e das comunidades contemporâneas, virtuais ou não. Isso se acentua na sociedade de consumo de massa, na qual somos inclinados a desejar sempre o brinquedo, a casa, a cidade, os costumes e os produtos que não temos, e até o corpo e o(a) namorado(a) de outros(as). Assim, a cidade de acontecimentos e espetáculos internacionais ou a casa, o cabelo e a roupa propagandeados nas revistas especializadas ou nos ambientes sofisticados tornam-se nosso objeto de desejo. Esse desejo, contudo, ofusca

2. “Aqui se contém o que os gregos chamam de πρέπον, e que em latim podemos denominar *decorum*. Este decoro é de tal natureza que não pode ser separado da honestidade; pois tudo que é decente é também honesto, e tudo o que é honesto é igualmente decoroso. Mas qual seja a diferença entre o honesto e o decente, é mais fácil compreender do que explicar, uma vez que *para conhecer que algo seja decente é preciso primeiro que seja precedido pela honestidade*. [...] E, assim, este decoro de que falo integra a honestidade, de uma maneira tão clara e perceptível, que para o reconhecermos não é necessária muita argúcia” (Cf. CÍCERO, 1893, Livro I, capítulo XXVII, os itálicos são nossos). Para realizarmos as traduções dos trechos de Cícero, recorremos também às edições das *Obras completas de Marco Tulio Cicerón*, tradução de D. Manuel de Valbuena, e à edição brasileira CÍCERO. *Os deveres*, tradução de Luiz Feracine.



a felicidade “em ato” que pode estar a reluzir nas coisas, nos fatos e nas pessoas que conformam o cosmos familiar e historicamente construído pelos que nos antecederam e que legaremos aos que nos sucederão. Sofremos por não termos aquilo que desejamos e temos tédio e depressão quando reconhecemos não sermos mais felizes ao tê-lo. Quanto mais esperamos ser felizes com a posse dele, mais infelizes somos: a esperança da felicidade nos afasta dela e acaba por nos trazer frustração e tédio, como nos diz Comte-Sponville (2011).

Precisamos, portanto, elaborar uma felicidade mais substancial e duradoura, não calcada na ideia de falta, de esperança ou de sonho, a qual sempre vem acompanhada do sofrimento dessa espera, da frustração de não ter realizado este sonho ou do tédio de, ao ter alcançado aquilo que era objeto de nosso desejo, verificar que ele não nos tornou realmente mais felizes e melhores. Nossa vida deve, então, comportar os registros da alegria e do prazer de desejar aquilo que já temos, de desejar aquilo que já fazemos e de desejar aquilo que já conhecemos. Assim, por exemplo, há um prazer e uma alegria de estarmos onde desejamos estar, de passear onde desejamos passear, de dar os passos que desejamos dar, de habitar onde construímos nosso habitar e de trabalhar onde trabalhamos para os outros e para nós mesmos, onde nos reconhecemos e exploramos as nossas potencialidades da forma melhor possível. Isso é bem diferente de considerarmos nossa felicidade estar sempre em outro lugar. A “felicidade sob a norma da verdade” encontra-se justamente no possível que incorporamos como uma vontade e como um projeto factível para nós: uma “vontade”, e não uma esperança ou um desejo difuso que acaba abrindo o espaço futuro do tédio e da depressão. A felicidade de um engenheiro, de um técnico, de um arquiteto ou de um designer, sugere-nos Valéry, está em só desejar e conceber aquilo que ele faz e só fazer aquilo que ele concebe e deseja:

Sou avaro de divagações, concebo como se executasse. Jamais contemplo, no espaço informe de minh'alma, esses edifícios imaginários que estão para os edifícios reais como as quimeras e as górgonas estão para os animais verdadeiros. Ao contrário, o que penso é factível e o que faço refere-se ao inteligível. (VALÉRY, 1996, p. 51, itálicos nossos).

A felicidade da engenharia e da técnica ou a de construirmos a nós mesmos depende do que podemos engenhar, produzir, apropriar e usar, e não daquilo que poderíamos adquirir a partir da admiração do que vemos nas revistas, *sites* e eventos

internacionais que importamos para nossos ambientes, nossas cidades, nossas praças, nossas ruas, nossos dormitórios e nossos lavatórios. Não somos mais felizes porque produzimos copas do mundo, olimpíadas, grandes eventos e grandes exposições artísticas e festivais do que quer que seja. Não somos mais felizes por obtermos uma nova engenhoca eletrônica, um novo aparelho de TV ou um novo tapete para a sala. O que nos faz felizes é desejar o que fazemos, desejar o que trabalhamos, desejar o com quem convivemos, desejar o que sabemos e fruir o presente que nos é dado. Este presente tem várias dimensões e não se esgota na “estaca do instante”, como diz Nietzsche, à qual o animal está sempre preso. Somos humanos e temos uma história, uma memória, projetos e fantasias de futuro que dão sabor e densidade ao nosso presente.

A cidade feliz nada espera dos deuses, da natureza, da sorte ou da *fortuna*. A essa *fortuna* ela opõe a sua própria *virtù*, como diziam os humanistas do século

O cidadão feliz nada espera.
Ele contenta-se com o real
sobre o qual pode agir,
decidir, conhecer e fruir

XV e Maquiavel. A cidade da *virtù* – do *vir virtutis*, ou seja, do “humano do homem” –

constrói e é responsável pelo seu presente, projeta o seu futuro, aprende a construir a *polis* mais

própria à sua memória, aos seus costumes, aos seus cidadãos e aos que lhes sucederão. Ela não deseja importar a história e o futuro de outros centros, como Paris, Londres, Nova Iorque ou Bilbao. E nem de outros tempos. O cidadão feliz nada espera. Ele contenta-se com o real sobre o qual pode agir, decidir, conhecer e fruir, o que geralmente nos é interditado mediante proibições de a sociedade civil apropriar-se da *polis* ou por meio da importação de modelos e modismos que nos fecham os olhos para a nossa própria realidade, para a nossa história e para os nossos “desejos verdadeiros”. Amamos verdadeiramente quando gozamos com aquele com quem somos, com quem nos sentimos contentes e que nos faz descobrir nossas potencialidades. Pensar uma cidade feliz é “regozijar-se com”, é estar bem com os outros, e não com medo dos outros e seguros em nossos condomínios e tribos. Amar a cidade é agradecer por ela existir e providenciar este “regozijar-se com”, como Rousseau observava nas festas cívicas que ele preferiria aos eventos

de massa e pré-formatados pela mídia e pela indústria do turismo e do consumo. Quando pensamos a cidade como algo que possuímos e consumimos, acabamos por desgastá-la, tal como o objeto amoroso se pensado também dessa forma, até que nos falte uma outra cidade, que projetemos ilusões ou que ela e sua liberdade valham menos do que a segurança, o isolamento e o idílico refúgio junto ao campo e à natureza. Sair da sucessão dos instantes e perceber o tempo e o presente como uma eternidade na qual se encontra, por exemplo, um amor ou uma verdade inesperada dentro de um real que eu habito e com o qual mantenho e aprofundo o contato, como ao ser verdadeiramente amado, é fruto da experiência e da vivência “ordinária”, e não “extraordinária”. De tanto buscarmos o extraordinário, o excepcional e o fabuloso, acabamos tornando-nos insensíveis para o que é ordinário, banal e comum, e que, no entanto, fundamenta e possibilita nossa existência. Expressão disso é considerarmos o artista, o cientista e o intelectual como os expoentes da cultura e da sabedoria, em detrimento de trabalhos que talvez sejam até mesmo mais fundamentais, como o do técnico que leva água e energia até nossas casas; como o do lixeiro que, como um mágico, faz desaparecer de nossos olhos os detritos que produzimos em quantidades cada vez maiores; como o pai de família que conduz sua vida sob a ótica do dever a cumprir e da continuidade do tempo, da cidade e da comunidade à qual ele pertence, mais do que do gozo e do prazer individual e efêmero que somos quase sempre “obrigados” a desfrutar, muitas vezes mediante ingressos e convites caríssimos.³

Regozijar-se com os que nos precederam é o trabalho da memória, inclusive da memória histórica, da restauração e da revitalização de obras, bairros, praças e ruas. Regozijar-se com os que nos sucederão é projetar com eles, como se eles já estivessem presentes, e trabalhar com a fantasia e com responsabilidade. Não se sonha com a cidade feliz: constrói-se ela na medida em que agimos mais nela, em que a conhecemos mais e em que aprendemos a amá-la mais. A cidade feliz não está nem no passado e nem no futuro. Já estamos nela. A cidade que se constrói, que se conhece, que se ama e que não nos vem importada ou comprada pela mídia é o fruto de um projeto e de um programa que existem no presente e no passado e que cumpre ser desvelado, como se fosse uma verdade oculta. Esse é o trabalho a ser realizado: fazer do nosso sonho uma vontade e pô-la em marcha; viver uma

3. Sobre o contraste entre a vida ética do “pai de família” e a vida “estética” de D. Juan e do hedonismo contemporâneo, cf. KIERKEGAARD, 1984, e sobretudo, 1959.

relação com o futuro no presente real; dar-nos um projeto e ativar a imaginação e a utopia não as confundindo com quimeras; tornar este futuro conhecido desde já e dependente de nós, no presente, preparado e construído como projeto; estabelecer uma relação com o passado dentro de um presente “expandido” e assim dar-nos uma memória, dar-nos a alegria de um encontro transgeracional e a alegria da gratidão, da fidelidade e da confiança geradas por essa história. O mesmo deveríamos fazer em relação àqueles que amamos em corpo e alma.

Estamos na história, antes de estarmos no espaço. Não somos felizes todo o tempo. A felicidade ou o lugar feliz que habitamos, seja a cidade ou nossa casa, são os lugares que dão lugar e que possibilitam que a verdade e os momentos felizes, como o dos encontros com os outros e conosco mesmo, aconteçam. Não há uma felicidade contínua, perpétua e fixada de uma vez por todas. Não se vive sempre alegremente, a não ser que sejamos idiotas ou que nos abastecemos sempre de pílulas da felicidade que nos afastem do encontro com a verdade. A verdade é a norma. A história e os espaços felizes são aqueles em que a alegria é possível acontecer. A engenharia, a técnica, a arquitetura, o urbanismo, as artes, as ciências, a literatura, a cultura, a economia, a filosofia e a política não nos fazem felizes por si mesmas, mas podem favorecer o acontecimento dessa felicidade e desse sentimento de transcender a história e regozijar-se com o outro, com a cidade, com o pôr do sol e com a água que se derrama de um chafariz. A cidade e o espaço felizes não são amáveis por eles mesmos, mas porque os amamos. Assim também, é o amor que sentimos pelo outro o que lhe dá valor e faz dele objeto do regozijo de viver a história, de criar o futuro e de recriar o passado com ele. Criar e recriar significam transformar o que é e deixar-se transformar por ele, em profundidade. Essa transformação e essa construção incessante do mundo, se feitas na verdade, operam a transformação e a construção de nós mesmos. É isso o que nos faz felizes, pois permite conquistar não objetos externos, mas a nós mesmos “na verdade”. Haver-se, se haver, *se habendi*, habitar a si mesmo. O trabalho do técnico, como aquele que lida com distribuição e encanamento de águas, esgotos, lixos e energias as mais diversas, tem tanto valor como o do poeta: ambos produzem a verdade que emoldura a felicidade e o bem comum que são decorosos, apropriados e possíveis de engenho e construir.

Referências

- ALBERTI, L. B. *De re aedificatoria*. L'architettura (a cura di Renato Bonelli e Paolo Portoghesi). Texto latino e tradução para o italiano de Giovanni Orlandi. Milano: Il Polifilo, 1966a.
- ALBERTI, L. B. Theogenius. In: _____. *Opere volgari* (a cura di Cecil Grayson). Bari: Gius. Laterza & Figli, 1966b. v. II, p. 92-93.
- ALBERTI, L. B. Epistola consolatoria a Codagnello. In: _____. *Opere volgari di Leon Battista Alberti per la più parte inedite e tratte degli autografi* (a cura di Anicio Bonucci). Firenze: Galileiana, 1843-1849. t. V, p. 253-265.
- CÍCERO, M. T. *De officiis*. Livro I, capítulo XXVII. In: *Obras completas de Marco Tulio Cicerón*. Tradução de D. Manuel de Valbuena. Madrid: Librería de la Viuda de Hernando y C., 1893.
- CÍCERO, M. T. *Os deveres*. Tradução de Luiz Feracine. São Paulo: Escala, 2008.
- COMTE-SPONVILLE, A. *A felicidade, desesperadamente*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- KIERKEGAARD, S. *Diário de um sedutor*. Tradução de Carlos Grifo. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- KIERKEGAARD, S. *Estética y ética en la formación de la personalidad*. Tradução de Armand Morot. Buenos Aires: Editorial Nova, 1959.
- MUMFORD, L. *A cidade na história – suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- VALÉRY, P. *Eupalinos ou O arquiteto*. Tradução de Olga Reggiani. São Paulo: Ed. 34, 1996.